



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1742/12	DATA: 03/12/2012
INÍCIO: 09h47min	TÉRMINO: 10h43min	DURAÇÃO: 00h56min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h56min	PÁGINAS: 21	QUARTOS: 12

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.
SÉRGIO SIMÕES CALDAS - Subchefe Administrativo da Delegacia da Criança e do Adolescente Víctima — DCAV.
BÁRBARA LOMBA BUENO - Delegada Titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente — DPCA.

SUMÁRIO: Investigação e diagnóstico sobre o turismo e exploração sexual contra crianças e adolescentes.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada no Estado do Rio de Janeiro.
Houve intervenções fora do microfone, inaudíveis e ininteligíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Por determinação da Presidenta da Comissão foi retirado trecho da reunião.



A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Bom dia. Quem fala é Martha Rocha, Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Eu me faço acompanhar do Delegado Sérgio Caldas, Subchefe Administrativo, da Delegada Bárbara Lomba, que é Delegada Titular da Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente e neste momento também representa a Delegacia da Criança Vítima, uma vez que o Delegado está de férias. E me faço acompanhar também da Delegada Márcia Noeli, Diretora da Divisão de Proteção à Mulher, perdão, Divisão de Polícia de Atendimento à Mulher.

Por que também a presença da Dra. Márcia Noeli? Porque nós percebemos que uma porta de entrada para a notícia da violência sexual praticada contra a criança pode ser também através das delegacias de mulheres.

Não é raro que as mulheres, ao perceberem que seu filho ou sua filha possa estar sendo vítima de uma violência sexual, se dirijam a uma DEAM para fazer esse registro. Então, há uma tradição também das delegacias de mulheres, que estão também, sob certa medida, espalhadas mais em todo o Estado, interiorizadas no Estado, para atender a esse tipo de demanda, não obstante a competência das delegacias especializadas não serem uma competência exclusiva, e sim uma competência concorrente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu queria agradecer, Delegada, a possibilidade de estarmos aqui conversando. Eu sou Erika Kokay, sou Presidenta da CPI que investiga turismo e exploração sexual contra crianças e adolescentes. A Deputada Liliam Sá, que é aqui do Rio de Janeiro, é a Relatora dessa CPI.

Nós estamos aqui também com a assessoria — a assessoria da Deputada, a assessoria da Câmara e a assessoria do Deputado Jean Wyllys, que não pôde estar aqui hoje, mas que também integra a CPI.

Então, veja: nós estamos num processo, primeiro, de atualização de diagnósticos e nós estamos trabalhando, dentre outros aspectos, com um que já é o lema do próprio movimento, que é a necessidade da denúncia, de que as pessoas possam denunciar, enfim, possam compartilhar de um movimento de defesa e proteção das crianças.



O aumento de número de denúncia nós achamos que tem duas características muito positivas: uma delas é desnaturalização da violência sexual; a segunda é o comprometimento da sociedade com as crianças e os adolescentes, na lógica da proteção integral, que é prevista na nossa legislação.

Mas nós achamos que há dois elementos que são importantes e que estão muito precarizados no País. Um é a responsabilização. E a responsabilização não depende só do Poder Judiciário. Ela também depende muito do Poder Executivo, na medida em que é preciso que nós tenhamos estruturas para formulação de inquéritos robustos, o que envolve, inclusive, ter boa capacidade de polícia técnica, de perícias, bons IMLs para construção de laudos, boas estruturas nas delegacias de proteção. E o outro aspecto é o atendimento. Essas meninas e esses meninos são vítimas de violência sexual. Muitas vezes ficam remoendo a sua própria dor, porque não têm um atendimento que — aí sai da lógica da Secretaria de Segurança — possa ressignificar suas vidas e interromper a trajetória de exploração sexual, que muitas vezes é empurrada pela própria pobreza. A exploração sexual — o abuso sexual tem outras características — tem como variável a pobreza e a exclusão social de forma muito intensa.

E o que nós estamos vendo aqui? Primeiro — é para saber —, vocês têm uma divisão, pelo que eu entendi, de polícia dirigida à criança. Essa divisão se divide — me corrija se eu estiver errada —, na do adolescente infrator, adolescente vitimizador, e na da criança e do adolescente vítimas. E aí vocês têm aqui uma proteção, uma delegacia de proteção ou de atendimento à criança e ao adolescente vítimas. É uma delegacia no Estado? Quantas delegacias existem no Estado? Esses eram dados que nós queríamos saber. Como é que funcionam? Funcionam durante todo o período ou funcionam em esquema de plantão? Ou, se não funcionam, funcionam só em horário de expediente? O segundo aspecto: vocês têm algum tipo de delegacia com o recorte do turismo que possa, inclusive, enfrentar o turismo sexual? E o terceiro aspecto é que o Rio será sede das Copas também. Algumas preocupações nossas estão muito contextualizadas nesta era, nesta etapa da história brasileira. Uma delas são as grandes obras, outras são os grandes eventos e as fronteiras, o que não vem ao caso aqui no Rio de Janeiro, mas os grandes eventos particularmente. Qual é a estrutura? Como o Estado está se organizando



para se preparar para as Copas? Nós estamos falando de uma cidade turística, portanto é uma cidade onde talvez a Copa não tenha tanto impacto como vai ter em outras cidades brasileiras, porque aqui já absorve um número de turistas muito grande. Há eventos que fazem isso, como o carnaval, por exemplo. Mas que estrutura nós temos aqui na Secretaria de Segurança acerca da questão do turismo, para enfrentar o turismo sexual?

Nós estamos vindo aqui na perspectiva da construção de um diagnóstico. E a gente sempre constrói o diagnóstico com a perspectiva de tirar da invisibilidade e, ao mesmo tempo, possibilitar superação dos elementos que são insuficientes para a proteção.

Por fim, quantos casos, quantas incidências, o que se transformou em... o que já está em inquérito? Quanto tempo leva, em média, para a construção desses inquéritos? Quanto tempo leva para o laudo? Porque nós vimos em alguns lugares uma demora muito grande na construção dos laudos, como os laudos por parte do IML. O nosso olhar para o IML, com todo o respeito aos mortos, é um olhar para os vivos. Nós temos o IML... como se constroem laudos para contribuir na responsabilização daqueles que vitimaram e tal.

Seria isso.

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Eu vou tentar responder a todas as perguntas, lembrando sempre que a Dra. Bárbara e a Dra. Márcia e o próprio Dr. Sérgio podem fazer suas contribuições.

Primeiro, dentro da estrutura da Polícia Civil, nós temos o Departamento Geral de Polícia Especializada. Esse Departamento Geral de Polícia Especializada tem subordinadas a si duas delegacias: a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (essa delegacia vai atuar em razão do adolescente infrator) e também a Delegacia da Criança Vítima (essa, sim, vai atuar na questão da criança vítima de tudo aquilo que pode sofrer a criança vítima).

A Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente já está inserida no Programa Delegacia Legal. Ela fica na Avenida Presidente Vargas...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Não. O Programa Delegacia Legal é um programa que deu uma nova cara à Polícia Civil, é um programa em que



toda delegacia está informatizada. Ele tem um sistema de... uma base de dados, ele tem toda uma estrutura física e de inteligência diferenciada. Então, vamos dizer, ele tem uma diferença de investimento em tecnologia, não tem carceragem. Hoje, a Polícia Civil como um todo não tem carceragem. O primeiro atendimento é dado por uma assistente social. Então, na verdade, ele tem toda uma estrutura diferenciada.

A divisão... a Delegacia da Criança...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - É o atendimento ao adolescente infrator. À criança vítima nós estamos na conclusão do projeto que vai transformar essa delegacia, vai inserir essa delegacia no Programa Delegacia Legal.

Aliado a isso, dentro do DGPE, nós também temos a Divisão Especial de Atendimento ao Turista, mas essa divisão cuida do turista vítima. Na verdade, o turista infrator... E pode, sim, acontecer isso. O Rio de Janeiro não se tem notabilizado por ser um local de turismo sexual, a exemplo de outros Estados, mas não se pode perder de vista que, num determinado momento, esse turista pode ser um turista infrator, e não um turista vítima.

Então, havendo isso, esse foco pode ser tanto da DCAV, que é da Criança Vítima, como pode ser também da delegacia distrital que se depare com essa situação.

A outra questão que a gente tem que colocar é a questão dos grandes eventos. A Secretaria... É preciso avisar ao senhor que está interferindo aqui. Talvez fosse melhor atender lá fora.

A questão dos grandes eventos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Pois não. Quer pegar?

O SR. SÉRGIO SIMÕES CALDAS - No caso da DCAV, apesar de ela se encontrar ainda num prédio de padrão antigo, o sistema operacional dela já é da Legal. É só para acrescentar isso. Ela não é um prédio climatizado...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. SÉRGIO SIMÕES CALDAS - É uma delegacia. Uma para cada área.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Atualmente é uma só?

O SR. SÉRGIO SIMÕES CALDAS - Sim.



(Não identificado) - É uma só no Estado todo.

O SR. SÉRGIO SIMÕES CALDAS - E isso nos favorece um pouco pelo fato de o Estado do Rio ser um Estado geograficamente pequeno. De certa forma, isso nos ajuda. Diferente de onde eu já trabalhei, como Minas Gerais, onde nós temos cerca de 900 Municípios, aqui nós só temos 92. Isso aí, de alguma maneira, nos favorece. É só para lembrar que, como sistema, ela já está na Delegacia Legal. Só não está como prédio, ainda.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E essa delegacia funciona...

(Não identificado) - Essa delegacia funciona em horário de expediente, funciona com sistema de plantão 24 horas.

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - A outra questão é que, no que se refere — obrigada, Sérgio — aos grandes eventos, a Secretaria de Segurança instituiu uma Subsecretaria de Grandes Eventos. Então, a gestão do grande evento está vinculada à Subsecretaria de Grandes Eventos, que é a SESGE, que tem o Subsecretário Dr. Roberto Alzir e tem reuniões periódicas, nas quais têm assentos integrantes da Polícia Civil e integrantes da Polícia Militar.

Na verdade, o Rio de Janeiro, de uma forma quase que rotineira, vive grandes eventos. Nós vamos ter o nosso *réveillon*. Só nas Praias de Copacabana e de Ipanema, nós receberemos 2 milhões de pessoas.

Então, uma perspectiva de receber, na Jornada Mundial da Juventude, cerca de 3 milhões de jovens é uma perspectiva que a gente, de um jeito ou de outro, já está um pouco... Sempre a gente tem que se preparar mais, mas, pelo menos, estamos acostumados a grandes eventos.

O que a gente tem procurado fazer é inserir na qualificação dos servidores, além da preocupação com equipamento, que isso é algo que tem que ser tratado com a Subsecretaria de Grandes Eventos; é inserir na capacitação dos servidores policiais a questão de prepará-los para os grandes eventos. E há uma preocupação da Polícia Civil com a questão dos direitos humanos.

Vou colocar uma questão aqui: nós, em homenagem ao Deputado Jean Wyllys, que é uma pessoa que luta pela questão do enfrentamento da homofobia, hoje temos inserido na nossa base de dados a possibilidade de identificar o indicador da motivação à homofobia. Então, hoje a Polícia Civil pode responder



quantos casos de lesão, de furto ou de tentativa de homicídio têm como viés a homofobia. Da mesma forma, a gente inseriu a obrigatoriedade do uso do nome social no caso da população vulnerável, como travesti e transexual, no atendimento à questão da homofobia.

No tocante à Academia da Polícia Civil, nós estamos trabalhando também na questão da preparação para os grandes eventos. Então, estamos trabalhando na questão do COGEST, que é um curso no qual nós recebemos policiais civis do Estado do Rio de Janeiro, de outros Estados, além de policiais federais, da Guarda Municipal, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, e nós preparamos esse material, preparamos o policial.

No foco dos direitos humanos, nós temos o ensino a distância. No ensino a distância, desenvolvemos, nos meses de julho e agosto, um curso para tratar de tráfico de mulheres. Então, poderíamos estabelecer, por exemplo, uma parceria com esta Comissão para colocarmos no nosso ensino a distância um curso específico que a gente pudesse estar preparando com a Comissão, voltado para a questão da exploração sexual.

Realizamos, semana passada, durante a comemoração do Dia 25 de novembro, um curso presencial, não virtual, com a ONU, até capitaneado pela Dra. Márcia Noeli, na questão dos refugiados, em particular das mulheres refugiadas. E nós sabemos que essa população vítima tem um perfil também de violência sexual.

Então, eu acho assim: como agenda que nós poderíamos construir com a Comissão seria talvez pensar num curso a ser desenvolvido no início do ano. Aí sairíamos daqui, as Deputadas designariam alguém para conversar com a nossa diretora da Academia, e poderíamos fazer isso.

No tocante ao dado, até porque não ficou muito clara a reunião de hoje, nós estaremos encaminhando para a Comissão, ainda nesta semana. Eu vou pedir à nossa assessoria de planejamento para fazer um *checklist* que a gente possa dar.

Só para concluir sobre o Médico Legal. Eu não sei se tiveram oportunidade de conhecer o nosso Médico Legal, mas é um instituto de padrão internacional. É um instituto totalmente fora do padrão que a gente está acostumado, com investimento em tecnologia, com investimento em qualificação. E, para felicidade nossa, a Diretora do Instituto Médico Legal é uma profissional cujo doutorado está baseado



na questão da violência sexual praticada contra crianças. Então, só pelo seu perfil, eu acho que é razoável imaginar o atendimento que se dê ali. Não obstante isso, acho também que se a Comissão tiver interesse, não necessariamente os Deputados, mas algum assessor, de conhecer o Instituto Médico Legal, o Dr. Sérgio fará a agenda para que a Comissão conheça o Instituto Médico Legal e possa acompanhar isso.

Terminando também, ainda uma outra coisa que me foi perguntada...

O SR. SÉRGIO SIMÕES CALDAS - Sobre o tempo dos laudos.

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - É, o tempo dos laudos. Esse dado, com certeza... Mas os nossos laudos são laudos rápidos. E nós estamos desenvolvendo, com o Tribunal de Justiça, a nossa... A Polícia Civil...

Você foi a Pernambuco? Não?

Nós estamos desenvolvendo, com o Tribunal de Justiça, uma escuta — e fizemos uma viagem a Pernambuco — daquela sala de acolhida, para que a criança...

(Não identificado) - Testemunhando sem dano.

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - É, Testemunhando sem Dano. Porque, no Rio de Janeiro, o Tribunal de Justiça tem interesse de promover essa sala, salvo engano, em um juizado regional aqui em Cascadura — salvo engano, lá. Então, a Polícia Civil está participando desse estudo, ainda em andamento, com o Tribunal de Justiça e com o Ministério Público.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, com relação aos dados que a senhora vai remeter, era importante saber o seguinte: quantos casos chegam... Nós fazemos um recorde de violência, de exploração sexual, que podem ser abuso ou violência. Quais os casos de violência e quais os casos de exploração? Como é que chega a denúncia? Se é Conselho Tutelar. Como é que chega a denúncia aqui? É Conselho Tutelar? É através do Disque 100? Qual é a acolhida? Quem é que acolhe a denúncia e encaminha para cá? O terceiro, aí, sim, é quantos se transformaram em inquérito.

Uma outra coisa que eu achei interessante é esse olhar diferenciado para a Delegacia de Atendimento à Mulher. Vocês têm uma Delegacia de Atendimento à Mulher?



A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Nós temos 11 Delegacias de Atendimento à Mulher...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Onze Delegacias!

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Todas funcionam 24 horas. Na Capital do Rio de Janeiro, nós temos em Jacarepaguá, no centro e na zona oeste.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - São três?

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - São três.

Temos, na Baixada: Caxias, Nova Iguaçu, São João do Meriti e Belford Roxo; no interior, em Volta Redonda, que fica no sul fluminense, e em Friburgo. E estamos numa perspectiva de inaugurar, no primeiro semestre de 2013, a Delegacia de Campos e a Delegacia de Cabo Frio, que fica na região litorânea, na região da...

(Não identificado) - Em janeiro?

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Oi?

(Não identificado) - Em janeiro?

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Em janeiro. Fica na Região dos Lagos. Cabo Frio é um lugar altamente de turismo.

O que nós fizemos? No tocante ao turismo, nós desenvolvemos, na delegacia de Búzios e na delegacia de Cabo Frio, uma qualificação diferenciada dos policiais para atendimento ao turismo. Mas aí não com esse olhar. E acho que a gente...

Por que nós fazemos essa questão da delegacia de mulheres? Porque a nossa experiência demonstrou que, por exemplo, o 180 é um número de que as mulheres se apoderaram. Eu não posso lhe dizer — eu não tenho conhecimento suficiente para dizer — do impacto do número 100 no Estado do Rio de Janeiro. Do número 180 a gente tem essa possibilidade de saber porque a Secretária Nacional de Política para as Mulheres está sempre divulgando isso e fazendo agendas.

A Dra. Márcia, durante a comemoração do dia 25 de novembro, fez uma ação, e eu acho que é outro organismo com que a Comissão poderia estabelecer um contato, o Disque-Denúncia. O Disque-Denúncia é uma ferramenta existente no Estado do Rio de Janeiro desde 1996.

O que nós fizemos no Disque-Denúncia? O Disque-Denúncia, percebendo que a mulher muitas vezes não ia denunciar, mas ligava, e não precisava nem ser policial para ter absoluta certeza de que ela não estava contando a história da



vizinha e, sim, a sua própria história, fez uma qualificação com seus profissionais para ouvir a questão da violência doméstica.

Então, hoje, o Disque-Denúncia tem uma interação direta com a delegacia de mulheres, através da Divisão de Polícia de Atendimento à Mulher.

E fizemos uma ação específica com o Disque-Denúncia que produziu um material para as comemorações do dia 25. Nós temos uma delegacia itinerante. A delegacia itinerante foi ao Complexo do Jacarezinho, acompanhada do Disque-Denúncia, para fazer essa panfletagem. Então, da mesma forma que o Disque-Denúncia está apoiando um projeto da Divisão de Polícia de Proteção à Criança e ao Adolescente na questão da venda de bebidas alcoólicas para jovens — aí lembrando o papel do estabelecimento comercial...

Então, na verdade, acho que, de repente, pensar em alguma coisa com o Disque-Denúncia, ou conhecer o Disque-Denúncia, também poderia ser algo interessante para a Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O Disque-Denúncia é o Disque-Denúncia geral?

A SRA. MARTA MESQUITA DA ROCHA - Geral.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Que as policias têm. E, aí, vocês têm uma...

A SRA. MARTA MESQUITA DA ROCHA - Na verdade, a gente tem o Disque-Denúncia, que está vinculado à Secretaria de Segurança, e a gente estabelece com ele algumas carteiras, como nós chamamos. Então, a gente tem lá a carteira da violência contra a mulher. A gente faz ações específicas com o Disque-Denúncia na questão da violência contra a mulher. A gente tem lá a carteira da divisão de proteção à criança, que essa questão do projeto de enfrentamento à questão da bebida alcoólica. E acho que a gente pode desenvolver até com o Disque-Denúncia alguma coisa de exploração sexual. Pode ser um grande pacote, e a gente passa pela Academia de Polícia e depois passa também pela questão do Disque-Denúncia. Acho o Disque-Denúncia um grande aliado que não pode ser esquecido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - No caso do Disque-Denúncia com recorte das mulheres? Veja, a pessoa liga... Só para



entender como funciona. A pessoa liga, diz que tem uma denúncia, tal, tal, tal. Ela é direcionada para alguém que tenha uma escuta diferenciada?

A SRA. MARTA MESQUITA DA ROCHA - Ela é direcionada para a delegacia de mulheres. Hoje a gente pode dizer que recebe com muito (*ininteligível*), porque a gente está desenvolvendo um projeto que está sendo implantado para que isso venha por e-mail. E a delegada de mulheres direciona uma equipe, lembrando que os policiais civis que trabalham em delegacias de mulheres, além do curso de formação para trabalhar em delegacia de mulheres, fazem um outro curso, um curso exatamente para desenvolver essa questão da escuta diferenciada, do atendimento diferenciado.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Muito bom dia a todos. Eu sou Liliam Sá, Deputada aqui do Rio de Janeiro. Quero agradecer a nossa querida delegada por nos receber nesta manhã e dizer que sou uma admiradora de seu trabalho há muitos anos, desde quando estava como Secretária da Criança e Adolescente...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Isso! Quanto tempo, não é? E fiquei muito feliz de saber que a senhora está à frente de um trabalho tão importante como esse, numa delegacia como essa.

Dr. Sérgio, Dra. Martha, Dra. Bárbara, eu gostaria de fazer algumas perguntas. No tempo ainda em que eu era Vereadora, nós fizemos a CPI da Exploração e do Turismo Sexual na Câmara de Vereadores. Nós não tivemos assim... porque a Câmara não tem toda a infraestrutura que se tem em Brasília, a polícia, aquele aparato todo, mas nós conseguimos realizar algumas diligências. E ali naquele ponto da CEASA nós encontramos meninas que estavam sendo prostituídas a 1 real e 99 centavos. Às vezes, por 50 centavos aquelas meninas tinham sexo com os caminhoneiros.

Nós conseguimos uma ação, juntando a PM, o batalhão da região, Conselho Tutelar, CEASA, e conseguimos ali montar um... Ali seria um ponto para que as pessoas pudessem ter noção do que estava acontecendo. Não foi assim... Eu vou dizer para vocês que não era uma coisa fixa, mas ali ficaram algumas pessoas fazendo mensagens para os caminhoneiros de que o caminhoneiro não podia usar



as crianças, fazendo alguma divulgação do trabalho do Conselho Tutelar. Tivemos conselheiros tutelares ali. Levamos algumas crianças para casa.

E quando nós voltamos, um tempo atrás, com a Polícia Civil, que nos deu um aparato, em vez de encontrarmos meninas, encontramos meninos. Aí já tinha mudado o perfil. Quase 2 anos depois, eram meninos.

Então, eu gostaria de saber como está essa situação no Rio de Janeiro. Nós sabemos que... Quando nós fizemos essa CPI, pensávamos que a exploração sexual ficasse perto da orla, onde estão os turistas, os grandes hotéis e tudo, e o que nós constatamos foi que a exploração tinha uma característica diferente, era onde estava mais a pobreza. As meninas pobres estavam sendo exploradas sexualmente na zona oeste, na zona norte. Inclusive houve até batidas lá. Parece que prenderam em Campo Grande uma quadrilha que aliciava essas crianças na época. E a DCAV foi parceira com a gente, a DPCA.

Eu gostaria de saber o que está acontecendo no Rio, o que mudou nesse tempo. O que vocês estão fazendo na questão das casas de prostituição, que fazem uso da prostituição, se há menores, nas casas de massagem, como Vila Mimosa e outras? A Vila Mimosa é famosa. Nós temos denúncia de que existem menores lá. Nós ficamos até de fazer uma diligência no caso. Há algumas diligências marcadas.

E como vocês fazem, na questão da exploração sexual de menores, essa interação com a Polícia Rodoviária Federal, com o Ministério Público? Para onde... Qual a dificuldade da Polícia Civil quando pega meninas sendo prostituídas? Para onde vocês as levam? Como está a questão dos abrigos? Nós depois também vamos ver isso com a Prefeitura, mas nós queremos saber a dificuldade, porque nós sabemos... E o serviço de inteligência da Polícia Civil como está? Melhorou? Ainda há alguma novidade para nós? Nós visitamos alguns Estados, e a reclamação total é de que o serviço de inteligência precisa melhorar, que não tem infraestrutura, não tem orçamento para isso.

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Deputada, infelizmente eu não vou poder dar todas as respostas neste momento.

Veja bem, a questão da exploração sexual sempre vai ser pauta da Polícia Civil. Eu vou pegar todas as... Eu vou pedir ao Dr. Sérgio que faça o levantamento



com a DCAV. Nós já realizamos algumas operações. Então, que nessas operações a gente possa lidar com dados precisos.

O setor de inteligência é um setor que, no tocante à Polícia Civil, está muito bem instalado. E nós inclusive vamos... Ele agora vai ser deslocado para a Cidade da Polícia. A Cidade da Polícia é um investimento da Polícia Civil e do Governo do Estado do Rio de Janeiro de 100 milhões de reais para construir na região do Jacarezinho... a inauguração está prevista para abril do ano que vem. E nós vamos inaugurar com toda essa infraestrutura de tecnologia, e vai ser colocado lá. Tivemos o cuidado de não levar para a Cidade da Polícia aquilo que nós vamos considerar o Complexo da Criança.

Então, o Complexo da Criança vai ser exatamente a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e a Delegacia da Criança Vítima, que deve estar concluída já, totalmente modernizada, no Programa Delegacia Legal, até o primeiro semestre de 2013. Tivemos o cuidado de deixá-la permanecer aqui no centro da cidade. Exatamente por quê? Porque está perto do Poder Judiciário, está perto do Ministério Público especial.

A questão dos abrigos é algo que tem que ser colocado para a Secretaria Municipal de Assistência Social. Eu não sei se a Dra. Bárbara quer fazer alguma consideração nesse sentido. Mas na verdade a gente tem esse olhar sempre preocupado. Embora a Chefe da Polícia Civil olhe todas as coisas ao mesmo tempo, está sempre preocupada em priorizar, a seu tempo, uma determinada ação.

Então, sem dúvida nenhuma, a chegada desta Comissão ao Rio de Janeiro vai obrigatoriamente também fazer com que nós façamos uma análise das nossas próprias ações e possamos pensar onde podemos ser mais pró-ativos, onde podemos contribuir sempre mais.

A SRA. BÁRBARA LOMBA BUENO - Bom dia! Sou a Delegada Bárbara Lomba, titular da DPCA. Como a chefe bem disse, nós temos uma atribuição principal de atuar nos atos infracionais cometidos por adolescentes, mas como a DCAV foi criada em 2005, nós acabamos, por nossos regulamentos, mantendo a atribuição de também atuar em casos de crianças e adolescentes vítimas. Então, nós não deixamos de atender, quando somos procurados, não deixamos de atender



esses tipos de casos. De qualquer forma, para qualquer registro que seja feito na delegacia, a gente não pode deixar de dar continuidade às investigações.

Eu queria lembrar só, chefe, que nós recentemente... a Polícia Civil recentemente fez uma ação na Rocinha, uma prisão, na Rocinha, de um rapaz que explorava prostituição de adolescentes. Isso foi noticiado. Houve na verdade uma informação. Chegou uma informação precisa. E aí eu vou falar da dificuldade. A Deputada Liliam Sá perguntou das nossas dificuldades, então é bom que a gente as coloque.

A Polícia Civil muitas vezes não recebe informações precisas sobre esse tema, que é um tema muito complicado realmente, uma coisa muito escondida. Até nesses centros de prostituição conhecidos é difícil flagrar situações desse tipo lá. Não adiantam ações onde nós procuremos flagrantes, porque não vamos conseguir. Então, é preciso que nós tenhamos informações precisas. E as informações que chegam normalmente dão conta de violências pontuais contra a criança, que estão acontecendo contra crianças no seio familiar, ou algum conhecido próximo que alicia... alicia, não, que abusa de crianças, como a senhora falou. Então, o que nós recebemos mais de notícias, através de Disque-Denúncia, Disque 100, são essas violências mais dirigidas contra uma criança conhecida ou na própria família.

A questão da prostituição ou da exploração sexual mais sistêmica, onde há uma organização normalmente, há um esquema criminoso, não vem tanto para nós, não chega com essa clareza toda.

Então, nós precisamos ter cada vez mais integração entre os órgãos envolvidos nisso para que nós tenhamos informações mais precisas. E aí, a SMAS, a Secretaria Municipal de Assistência Social, acredito eu, pode ser uma parceira nossa, chefe, porque eles exatamente acolhem essas crianças na rua. E, como a senhora falou, a pobreza é muito explorada nisso, essa situação vulnerável.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O Conselho Tutelar é vinculado a essa Secretaria ou à da Criança?

A SRA. BÁRBARA LOMBA BUENO - Não, o Conselho Tutelar é uma entidade municipal, os membros são...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu sei, mas ela está...



A SRA. BÁRBARA LOMBA BUENO - Não, não é vinculada. É do Município, está no âmbito do Município, mas não é vinculada à Secretaria de Assistência Social. É um órgão...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quem dá suporte ao funcionamento dos Conselhos Tutelares? Deve haver algum órgão. Ele é...

A SRA. BÁRBARA LOMBA BUENO - Não, mas eu acho que ele não está no âmbito da assistência social, não.

(Não identificado) - Está no Conselho Municipal.

A SRA. BÁRBARA LOMBA BUENO - No Conselho Municipal da Criança?
(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. BÁRBARA LOMBA BUENO - Está dentro da SMAS?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Aqui tem Secretaria de Criança?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. BÁRBARA LOMBA BUENO - Então, eles têm informação. Nós estamos tentando estabelecer ações em conjunto, mas eles também têm dificuldade, parece-me, em compilar essas informações. Mas eles na verdade têm contato na rua com crianças e adolescentes e acabam recebendo dos próprios adolescentes informações.

Então, nós sabemos — sabemos superficialmente — que em Copacabana há pontos de prostituição, além de Vila Mimosa, sobre o que também chegam informações assim, mas muito vagas.

O que eu acredito que possa ser feito é sistematizar essa troca de informações. Agora, eu não sei da estrutura deles. Então, se a Comissão os procurar seria algo favorável aos trabalhos, para que eles digam como é a estrutura. Eu não sei como isso é compilado, se há realmente uma...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eles que você fala é a Assistência Social.

A SRA. BÁRBARA LOMBA BUENO - A Assistência Social, porque eles têm muito contato realmente com o que acontece nas ruas, porque há pontos de prostituição nas ruas.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



A SRA. BÁRBARA LOMBA BUENO - Quando o adolescente vem só em situação de rua, os responsáveis não são localizados e não há ato infracional, nós encaminhamos à Assistência Social, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Essa Subsecretaria de organização dos grandes eventos tem diálogo com outras Secretarias, tem um grupo, um GT, alguma coisa assim?

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Eu acho até que vale a pena uma conversa com o Delegado Alzir, que é o Delegado Federal responsável pela Subsecretaria. Ele tem grupos de trabalho, tem reuniões periódicas e realmente é o olhar... Nem a Polícia Civil nem a Polícia Militar partem para a organização por autodemanda. Essa demanda vem via Secretaria de Segurança, mesmo porque há também a Secretaria Extraordinária de Grandes Eventos criada pelo Governo Federal. Então, essa Secretaria Extraordinária de Grandes Eventos se articula com as Secretarias de Segurança, no caso do Rio de Janeiro, pontualmente, com a Subsecretaria.

Aí, Barbara, já pensando na tua indicação, já que a gente sai daqui com essa agenda também pró-ativa — Dr. Sérgio, também —, a gente deve pensar em marcar um café com a Secretária Municipal de Assistência Social, lembrando que a Polícia Civil do Rio de Janeiro e a Polícia Militar também dão um apoio muito grande a essa Subsecretaria Municipal na questão do *crack*, na questão do recolhimento, para o que eles nos pedem ajuda, e é feito exatamente pela DPCA e pela DCOD. Então, já é dado esse apoio nesse sentido. E aí a gente...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Já vou já. A gente também já pode pensar em marcar um café com eles.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você sugeriu, e eu achei interessante, primeiro, o curso a distância, da Academia, e um segundo aspecto. Você tinha feito uma outra sugestão também.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - O encontro com a... O Disque-Denúncia. De repente, criar um disque-denúncia.



O que eu queria dizer, Deputada, é o seguinte: eu sempre acho... Por exemplo, eu conheci a Deputada Liliam Sá quando ela era Vereadora. E eu me lembro de que eu estava lá numa delegacia de mulheres, e ela fez um seminário para falar dessa questão da violência sexual. E a gente foi participar exatamente porque havia essa porta de entrada.

Eu acho que a Polícia Civil tem que ver, nessa oportunidade de estarmos juntos, onde a gente pode melhorar. Então, eu acho que seria muito bom para a Polícia Civil fazer esse curso a distância, porque hoje nós temos um sistema de teleconferência. Então, a gente pode fazer não só... Pode fazer uma abertura presencial, onde a própria Comissão poderia estar, e depois todas as aulas... E essa abertura seria feita na Academia, e os polos de ensino a distância, de teleconferência, repercutiriam isso.

Fora isso, a gente preparar mesmo um curso, como fez do tráfico de mulheres. E eu gosto sempre de dizer que não tem nada a ver com a novela, porque o curso foi em julho, mas porque a gente percebeu que era um tema que a Polícia Civil... Embora seja da competência da Polícia Federal apurar o crime de tráfico de mulheres, foi para que nós pudéssemos estar preparados na delegacia para poder identificar um caso, e uma mulher procurasse ajuda nesse sentido. E acho que esse encontro a gente também pode fazer. E estabelecer, também, com o Disque-Denúncia essa carteira. Acho que também pode ser feito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mais duas coisas. Você falava da questão da delegacia de atendimento, que ela acaba acolhendo esse tipo de denúncia, pelo sentimento de proteção das próprias mulheres, enfim. Tem algum tipo de formação diferenciada do atendimento à mulher para a questão da criança e do adolescente? É a primeira pergunta.

A segunda pergunta: a gente tem percebido uma mudança no *modus operandi* das redes, que têm utilizado muito a questão virtual, a Internet, enfim. Não se veem mais tantos meninas e meninos nas ruas, porque elas estão nos computadores. Então, vocês têm uma preparação nesse sentido, nessa questão da inteligência, do ponto de vista da Internet, do *modus operandi*?

A terceira, e última, é se vocês percebem que há uma incidência ou vulnerabilidade, se há casos muito associados à situação de rua, ou se vocês não



têm como perceber. Porque a política da população de rua está com a assistência social, não é? Mas, por exemplo, nas delegacias de alguns lugares, as pessoas dizem que existe um diálogo muito grande com a situação de rua, a exploração sexual e a droga, a situação de drogadição e a exploração sexual. Vocês têm essa percepção? Depois vocês vão mandar os dados para a gente sobre quantas denúncias e tal.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Para complementar o que a Deputada Erika estava explanando, eu só queria acrescentar algo e fazer um pedido também. Na questão do tráfico de mulheres, do tráfico de pessoas, nós fizemos uma audiência na ALERJ, na sexta-feira — também faço parte dessa CPI —, e nós temos casos emblemáticos de meninas de 7 a 12 anos de idade que desaparecem no Rio de Janeiro. Somem, por ano, duas, três meninas. Esses aqui são os casos mais emblemáticos que nós temos. A delegada já deve saber. Essas meninas já estão com idade... Elas desapareceram, e a gente acha que é para uma rede de prostituição. Nós teremos aqui, sexta-feira, o inquérito do suspeito que levou esta menina e esta menina aqui, a Larissa — as duas. Ele está solto. E essas mães estão sem atendimento legal, não é? Nós vamos até chamá-los, porque nós acreditamos que exista uma rede no Brasil, porque somem duas no Rio, duas em Minas Gerais. Nós temos visitado o Brasil inteiro nessa questão e sabemos que nas fronteiras do Brasil há meninas levadas até para o Suriname, para outros países, saindo para essa rede.

Gostaria de saber se a Polícia Civil tem alguma indicação nesse sentido, se está fazendo algum tipo de investigação para saber dessas redes. Como disse o Dr. Fernando, que é daqui, sobre a questão da informática, eles estão muito organizados dentro da Internet.

São as minhas considerações.

(Trecho retirado por determinação da Presidenta da Comissão.)

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - E respondendo aqui à pergunta da Deputada Érika, duas coisas: na DEAM há uma preocupação com a violência sexual. E nesse curso nós estabelecemos também um atendimento diferenciado, um olhar diferenciado nesses inquéritos. Mas é fato que esses inquéritos que tramitam na DEAM não têm a ver com o turismo sexual. Eles têm a ver com aquela violência



sexual praticada por conhecido. Então, é o pai, o padrasto que pode estar molestando, o vizinho, às vezes até um estupro praticado por um desconhecido. Mas a DEAM, refletindo no que a senhora colocou, ela não vai de encontro a essa questão da exploração sexual através do turismo. Então, a gente não teria como...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não só do turismo...

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - É, se essa violência sexual é trazida através de um registro, a gente vai ter um atendimento diferenciado. Mas eu não poderei dizer à senhora se isso tem a ver com a pobreza. Entendeu? Eu acho que é muito mais voltada para aquela violência que é típica familiar, ou pelo menos nas relações de convivência, do que talvez o mote desta CPI da Exploração Sexual, do Tráfico de Crianças ou dessa questão. Então, esse é um dado. Acho que o Dr. Sérgio também vai...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O abuso sexual, não?

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Abuso sexual, sim. Isso sim. Mais para o abuso e menos da exploração. A outra questão que eu quero colocar aqui é da nossa Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática. Acho que outro dever de casa deixado para a Polícia Civil, e a Dra. Bárbara vai anotar e me cobrar isso tudo, é a gente estabelecer aqui um olhar, tal qual um grupo de trabalho. Que a gente coloque lá a Delegacia da Criança, a Delegacia da Criança Vítima de Proteção, a DRCI, a DEAT. Nós fizemos um núcleo de grandes eventos aqui. Nós temos oito delegacias vinculadas. Então, a gente pode estabelecer para esse núcleo, com essas oito delegacias, esse olhar também, incluir na pauta a exploração.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Na exploração sexual ...
(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Deputada, nós temos um núcleo de grandes eventos que é subordinado à Delegacia do Turista. Esse núcleo foi criado a partir da questão das torcidas. Não sei se as senhoras acompanharam, nós prendemos recentemente oito integrantes de uma torcida famosa, prendemos o pessoal do Corinthians, prendemos o pessoal do Fluminense, aí criamos esse núcleo. Esse núcleo tem a DPCA, a DECAV, a DEAT, a DRCI, que é da Informática, a Defraudações, a Delegacia do Consumidor. Então, da mesma forma que a gente



está trabalhando ingresso falso, violência, a gente pode estar estabelecendo como meta para esse núcleo ter um olhar também para a questão da exploração sexual que possa estar vindo junto com grandes eventos. Então, eu acho que seriam essas duas coisas que a gente poderia falar. O Dr. Sérgio quer concluir?

O SR. SÉRGIO SIMÕES CALDAS - Em relação ao curso — nesse momento eu atendi uma demanda urgente aqui —, eu não sei se a senhora lembrou da natureza desse curso. Esse curso tem a natureza de aprendizagem continuada. A gratificação de quem trabalha na Delegacia Legal está vinculada a essa aprendizagem continuada. Então, além do prazer de a pessoa estar adquirindo conhecimentos voltados para essa vertente, ela ainda tem a obrigação de ser aprovado nesses cursos. É um *plus* interessante para quem faz esses cursos também.

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Então, me despedindo e agradecendo aqui a presença, quais são os nossos deveres de casa que a gente vai estabelecer? O primeiro dever de casa é conversar com alguém da Comissão, com a Academia de Polícia, para que a gente possa estar fazendo esse curso. O segundo dever de casa é estabelecer um contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social para que a gente possa ver se pode agregar a esses dados colhidos pela Secretaria de Assistência Social algum dado para que a gente possa agregar alguma ação pontual nessa questão da exploração sexual. O terceiro dever de casa é a gente pautar, e a Dra. Bárbara e o Dr. Sérgio vão me cobrar, uma reunião com o Núcleo de Grandes Eventos para que a gente possa estabelecer, até depois de ter esses dados do serviço social, da assistência social, de a gente colocar aí talvez uma ação pontual desse núcleo voltado para a questão da exploração. E a Dra. Bárbara fica com a incumbência de fazer uma interface direta com a Comissão no que diz respeito a esses inquéritos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não só aos inquéritos, mas também a gente conversar sobre os dados...

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Os dados, o Dr. Sérgio vai providenciar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E a última coisa que você tinha falado é a questão do...



A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Do Disque Denúncia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Disque Denúncia. Para a gente fazer esse recorte da exploração sexual.

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Tá. Então, vamos anotar também como nosso dever de casa pensar com o Disque Denúncia uma carteira para tratar dessa questão da exploração sexual.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quero parabenizá-la pelo recorte de enfrentamento à homofobia, pelas iniciativas. Ficamos felizes. Vamos ver se a gente desenvolve uma boa parceria.

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Com certeza. A senhora saia daqui, Presidente, com a sensação de que o nosso interesse aqui é melhorar, tá? Nós não somos uma instituição perfeita, mas somos uma instituição que queremos sempre agregar novos valores e melhorar. Então, acho que a gente tinha que... Às vezes, digo aqui, para quem está mais próximo de mim, que não sobra tempo para pensar, porque o dia a dia é muito pesado, dar solução imediata a problemas que são necessários. Então, quando a gente tem a oportunidade de ter uma conversa com uma Comissão como esta, isso nos obriga a pensar. E cada vez que nos obriga a pensar, com certeza a gente vai melhorar. Então, a gente recebe, assim, com muita felicidade a Comissão, porque é um exercício para a gente também de buscar e de melhorar. Pode ter certeza disso, tá bom?

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Quero agradecer, doutora, pelo seu acolhimento e também por estar se colocando à disposição desta Comissão. Fico muito feliz de saber que a DECAV vai virar Delegacia Legal, porque, olha, eu fiz até um pedido para o Pezão. Acho que no dia até ele ligou e cobrou. Eu estava pedindo a ele a Delegacia Legal e pedindo uma delegacia também da mulher lá para Resende. Ele até perguntou: *“Como é que está o caso Resende? Vai sair alguma coisa?”*. Porque é um pedido também daquele Município. As mulheres ali são muito agredidas, as meninas também estão em risco. Então, foi um pedido. Já deixo aqui anotado: Resende.

A Polícia Rodoviária Federal fez um trabalho nesse sentido, não sei se é do seu conhecimento, falando sobre a exploração sexual e o tráfico de crianças, com telefone e endereço. Eu passo, porque, de repente, pode ser uma ideia também —



Rodoviária Federal. Fiz até um cartãozinho também com os números telefônicos que são dados, como a pessoa deve se prevenir pelo tráfico e para a exploração sexual.

Agradeço a todos, ao Dr. Sérgio, à Dra. Márcia, à Dra. Bárbara.

Obrigada por esta audiência.